

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 26 No.2 2013 / Volume 27 No.1 2014

PARTE 2. MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA E O LEGADO PATRIMONIAL NO BRASIL

ARTIGO

GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CENTRO-OESTE: CONTRIBUIÇÕES PARA A REDE DE MUSEUS E ACERVOS DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (REMAAE)

Manuelina Maria Duarte Cândido*

RESUMO

A reflexão sobre patrimônio arqueológico parte, neste texto, das perspectivas da Musealização da Arqueologia, como aplicação de procedimentos de salvaguarda e de comunicação patrimoniais à realidade arqueológica. Analisamos as estratégias que têm sido elaboradas e aplicadas pela Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE), especialmente em sua atuação no centro-oeste do Brasil, apresentando avaliações e perspectivas para a mesma.

Palavras-chave: Patrimônio arqueológico, Musealização da Arqueologia, Acervos

RESUMÉE

La réflexion sur le patrimoine archéologique est basée, dans ce texte, des perspectives de la Musealization de l'Archéologie, comprise comme l'application des procédures de sauvegarde et de communication patrimoniales à la réalité archéologique. Nous avons analysé les stratégies qui ont été élaborées et appliquées pour le Réseau de Musées et Collections d'Archéologie et Ethnologie (REMAAE), particulièrement dans sa performance dans la région centre-ouest du Brésil, présentant des évaluations et des perspectives pour la même.

Mot-clés: Patrimoine archéologique, Musealization de l'Archéologie, Collections

* Professora Adjunta do Curso de Museologia da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: manuelin@uol.com.br.

INTRODUÇÃO

A gestão do patrimônio arqueológico passa pela necessidade de criação e implementação de políticas públicas para o setor e para isto são necessários mapeamentos das situações concretas de museus e acervos de Arqueologia por todo o país. A Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE), criada a partir do Grupo de Trabalho Museus Arqueológicos e Etnográficos do III Fórum Nacional de Museus (Florianópolis, 2008), tem procurado organizar iniciativas de cerca de 190 participantes neste sentido.

Seus objetivos são “confeccionar um mapa atualizado das instituições museológicas e congêneres (núcleos, laboratórios e centros de pesquisa) que salvaguardam acervos arqueológicos; criar ferramentas de diagnóstico aplicadas às instituições em questão; implementar um sistema de informação em que os dados sejam amplamente disponibilizados e propor planos de ação que abranjam as heterogêneas realidades museológicas/arqueológicas brasileiras, com vistas a contribuir para alcançar algumas das ações estratégicas definidas durante o IV FNM, nomeadamente, a definição de políticas de acervos arqueológicos” (SALADINO e COMERLATO, 2011).

Ações desta natureza acentuam afirmações como a de Migliacio, segundo a qual, no Brasil, diferentemente de outros países, os arqueólogos são considerados co-gestores do patrimônio arqueológico. “Ao contrário do México, onde a pesquisa arqueológica é atividade de Estado, e da França, onde o Estado realiza pesquisas prévias para estabelecer que medidas deverão ser realizadas pelos arqueólogos, no Brasil o Estado age somente de forma suplementar, acompanhando, fiscalizando e estabelecendo medidas de proteção complementares.” (MIGLIACIO, 2010). Para a autora, a ampliação avassaladora dos impactos e das pesquisas arqueológicas, ao mesmo tempo que revelam um número muito maior de sítios arqueológicos, desafiam o modelo de gestão do patrimônio arqueológico, os instrumentos normativos e as condições estruturais.

Ainda como características do campo no Brasil podemos mencionar, de acordo com Caldarelli (2008), que de maneira similar a outros países, a maior parte das pesquisas está nas mãos de empresas, não das universidades e órgãos públicos, mas com a especificidade de que aqui também algumas universidades praticam quase que exclusivamente a pesquisa arqueológica por prestação de serviços de consultoria: *As contribuições científicas desses estudos, que durante muito tempo foram pífias e severamente criticadas pela arqueologia acadêmica, de uns anos para cá foram se avolumando, em quantidade e qualidade...* (CALDARELLI, 2008: 41)

PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS E O DESTINO DOS ACERVOS

As palavras de Migliacio e de Caldarelli sobre desafios do modelo de gestão do patrimônio arqueológico e relação entre o custo dos resgates e o que é possível resgatar ou incorporar ao patrimônio nacional foram usadas aqui para introduzir a discussão também sobre a necessidade de gerenciamento após a pesquisa arqueológica, uma etapa ainda menos cuidada. O controle de qualidade, advogado por Caldarelli, deve ser estendido também aos acervos gerados nas pesquisas arqueológicas. O que é feito deles? Ainda não é tão corrente entre os arqueólogos uma preocupação com o futuro dos acervos (BRUNO e ZANETTINI, 2007). Não é também pelas reservas técnicas que giram os vultosos orçamentos da

Arqueologia Preventiva, embora estas reservas estejam incluídas nos argumentos e justificativas para endosso das pesquisas.

A REMAAE surgiu preocupada com estes vazios de reflexão e ação. Somente aos poucos suas inquietações começam a se alastrar mais pelos eventos científicos da área e temos no Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira de 2013 finalmente o debate sobre os acervos deslanchou com a força necessária. Mas a militância da REMAAE, remontando a 2008, vem tentando evidenciar o problema dos acervos arqueológicos.

Cabe ressaltar que a referenciar o escopo de atuação da REMAAE utilizam-se, especialmente, as reflexões advindas do campo da Musealização da Arqueologia, que não se confunde com Arqueologia Pública. Esta pode ser compreendida “uma forma de avaliação pública das formas de verdade construídas pela prática arqueológica” (MORAES WICHERS, 2012: 70), enquanto a Musealização da Arqueologia melhor se aplica à preocupação com o ‘destino das coisas’, pois “Organiza-se a partir de estudos relativos à cadeia operatória de procedimentos museológicos de salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativo-cultural), aplicados à realidade arqueológica, constituída a partir de referências patrimoniais, coleções e acervos. Por um lado, estes estudos buscam o gerenciamento e preservação destes bens patrimoniais e, por outro, têm a potencialidade de cultivar as noções de identidade e pertencimento” (BRUNO, 2007, apud MORAES WICHERS, 2010: 47).

Para tanto, foi iniciado em 2011 um levantamento sobre as coleções arqueológicas brasileiras e seu estado curatorial, por intermédio da elaboração coletiva de um questionário a ser aplicado/enviado voluntariamente pelos integrantes da REMAAE nas instituições. Como responsável pela região centro-oeste do país, estamos trabalhando a partir do envio/aplicação do questionário para destinos identificados em duas fontes, a saber: 1 - museus cadastrados no Sistema Brasileiros de Museus (SBM) que mencionam possuir acervo de Arqueologia; 2- instituições que concederam endosso para trabalhos de Arqueologia de contrato nos últimos anos e cuja listagem foi colhida no Diário Oficial da União e organizada por Moraes Wickers (2010).

O presente texto teve como objetivo inicial uma primeira análise dos dados obtidos sobre as condições curatoriais das coleções arqueológicas da região centro-oeste do Brasil, para apresentação na VI Reunião de Teoria Arqueológica da América Latina (VI TAAS), realizada em Goiânia (GO) em setembro de 2012. Devido aos desdobramentos da pesquisa, ganhou outros rumos e foi reapresentada na reunião da REMAAE no V Fórum Nacional de Museus, em Petrópolis (RJ), em novembro do mesmo ano, mas continua em processo.

Ao longo de 2012 o questionário da REMAAE, de acordo com a metodologia proposta pela Rede, foi enviado por e-mail para todas as instituições de uma lista unificada a partir das duas fontes mencionadas, que resultou em 43 instituições com acervos arqueológicos na região centro-oeste, formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. As dificuldades começaram pelo fato de que as portarias não incluem

nenhum contato das instituições e o Cadastro Nacional de Museus¹ passou parte do período fora do ar. De maneira geral, juntando todas as fontes disponíveis e as ajudas recebidas de colegas da própria REMAAE, constatamos a ausência de endereços eletrônicos da maior parte das instituições ou a desatualização dos dados obtidos no Cadastro².

Cabe ressaltar que todo o trabalho de compilação dos dados e contatos sistemáticos com as instituições foi possível com o apoio de uma pesquisadora voluntária, e apoio institucional do Museu Antropológico da UFG que nos garantiu a possibilidade de telefonar para cada uma das instituições de que possuíamos o contato telefônico para atualizar ou obter dados até então indisponíveis. Ainda assim, de 17 instituições não tínhamos também nem o número de telefone, por isto não foi possível enviar o questionário ou qualquer outra forma de inclusão na pesquisa.

Desta forma, não é de estranhar que apenas dois museus tenham respondido e nos enviado o questionário até 20 de novembro de 2012, embora alguns tenham respondido em agosto informando que precisariam mais um pouco de prazo e depois não fizeram mais contatos nem acrescentaram dados mesmo após nossa insistência por telefone. Podemos dizer que praticamente apenas um museu, de Alta Floresta (MT) tenha respondido via esta primeira abordagem metodológica, visto o outro questionário ter sido aplicado diretamente com a ida de nossa assistente de pesquisa ao Museu Antropológico da UFG como teste-piloto de uma versão digital do questionário, a ser respondida *online*.

A alteração na metodologia para representações regionais não se mostrou, neste caso, mais eficiente que o envio do questionário para os contatos pessoais, pois anteriormente, em uma distribuição aleatória, nós havíamos recebido um questionário respondido por um museu sergipano. A nova estratégia da REMAAE supunha que com as representações regionais e uma maior sistematização dos envios, os retornos seriam mais volumosos, o que não ocorreu.

Mas em busca de uma análise mais profunda da pouca adesão das instituições à pesquisa, aventamos outras justificativas. Já no teste com o Museu Antropológico, a diretora mencionou a quantidade de questionários similares que o museu é demandado a responder a todo instante, o que recomendaria a adoção de outras formas de acercamento da questão.

Diante da inconsistência dos dados obtidos via questionários, centramos nossa pesquisa na crítica à metodologia, como tentativa de aperfeiçoar as abordagens da REMAAE a esta problemática.

REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A METODOLOGIA

O questionário elaborado pela REMAAE, mesmo sem preenchimento, possui 9 páginas, com 46 perguntas, uma extensão por si só embaraçosa para quem o envia e solicita o preenchimento voluntário, sem que nenhuma vantagem direta seja oferecida às instituições que respondem, a não ser a contribuição para reflexões que buscam o aprimoramento das condições curatoriais de acervos arqueológicos.

1 Ferramenta do Instituto Brasileiro de Museus, IBRAM, que permite consulta aos museus participantes do Sistema Brasileiro de Museus

2 De 40 ligações telefônicas realizadas, somente 05 números estavam corretos.

Além disso, foi percebido um problema em sua estruturação, que ao invés de ser um elemento didático, capaz de sugerir um arcabouço museológico para as instituições que tivessem porventura nele o primeiro contato com as diretrizes da área, apresenta algumas inconsistências capazes de gerar confusões e incompreensão³:

- A – A instituição
- I – Identificação da Instituição
- II – Estrutura Física
- B – A equipe
- III – Quadro Funcional
- IV – Formação do Quadro Funcional
- C – O acervo
- D – Formas de Aquisição
- E – Em caso de aquisição de pesquisa
- F – Processamento/Salv guarda
- IV – Pesquisa e Difusão do Conhecimento
- V – Atividades Extroversão/ Atendimento ao público
- VIII – Aporte Financeiro/Sustentabilidade
- IX – A instituição e o futuro

Analisando esta estrutura, verificamos que claramente os itens A e B têm sub-itens a eles relacionados, numerados de I a IV. Depois do item C há uma perda de estrutura do questionário, não prevalecendo mais a organização dos sub-temas em sub-itens numerados, pois questões sobre aquisição e processamento do mesmo passam a ser itens independentes identificados por letras, a numeração se perde completamente havendo duplicação do IV e ausência dos itens VI e VII. Finalmente, uma total ruptura com as bases teóricas que poderiam estar norteando a organização inicial do questionário, pois além desta ausência de hierarquia entre itens e sub-itens, a interpretar como no início que os algarismos romanos sinalizam sub-itens dos itens assinalados por letras, a pesquisa, as atividades de extroversão, o aporte financeiro e o futuro da instituição estariam submetidos ao processamento e à salvaguarda. Portanto, a simples listagem de itens sem a marcação com letras e algarismos romanos seria melhor, causaria menos confusão. A proposta de itens e sub-itens é muito boa mas precisa ser elaborada com intenções mais claras e de acordo com uma estrutura institucional desejada – que dialoga com estruturas conceituais.

3 A importância de uma estrutura de pensamento como base para diagnósticos é defendida em sistemas de avaliação de qualidade como o sistema ISO e foi detalhada em seus aspectos de aplicação à Museologia, incluindo uma proposta em Duarte Cândido (2014). Foi, entretanto, em uma experiência prática, a elaboração do formulário e da Base de Dados Unificada para Museus Brasileiros CPC-USP/Vitae, em 1998, sob coordenação dos museólogos Dra. Cristina Bruno e Dr. Marcelo Mattos Araújo, que pela primeira vez tivemos acesso a estas orientações e experimentamos a relevância de incluir este fator didático em um documento que teria por missão chegar a instituições tão diversas e ser por vezes o primeiro contato delas com parâmetros de um campo científico específico, a Museologia.

Outro questionamento feito ao longo do desenvolvimento dos trabalhos foi sobre a utilidade de um questionário a ser preenchido *online*⁴, proposta implementada a partir da sugestão da estudante de Museologia que atuou na primeira etapa da pesquisa. Como parâmetro comparativo, em um universo de 62 museus de Goiás para os quais mandamos questionários (mais curtos, 2 páginas apenas) para nossa tese de doutorado, 17 responderam (mais de 25%). Os questionários foram em papel, com envelope selado e endereçado para resposta, o que pode ser uma estratégia mais aceita que os questionários digitais. Este retorno pode estar relacionado inclusive a certa carência de equipamentos e recursos tecnológicos em alguns museus, bem como de familiaridade dos seus responsáveis com a tecnologia.

Finalmente, questionamos: a abordagem da REMAAE pode continuar sendo apenas via questionário? Tomando como certo que os objetivos desta ação da Rede era o mapeamento das instituições e das situações curatoriais para propor planos de ação, cabe interrogar se com esta estratégia será mesmo possível ter elementos suficientes para “Fomentar a criação de uma política de Estado para musealização do patrimônio arqueológico” (SALADINO e COMERLATO, 2011), a partir uma representatividade tão inexpressiva das respostas recebidas.

No caso já mencionado da Base de Dados Unificada sobre Museus Brasileiros CPC-USP/Vitae ou mesmo do Cadastro Nacional de Museus, verificamos que a adesão das instituições ao preenchimento dos formulários se dá por uma compreensão implícita ou explícita de que fazer parte destes bancos de dados é condição para acesso a recursos financeiros e participação em editais de fomento à área. A REMAAE não conta com este argumento sedutor e é mais um dos múltiplos sujeitos remetendo inúmeros formulários para os museus, ainda que todos tenham uma justificativa científica relevante e muitas intenções de lançar luzes sobre os problemas da área, o que apenas indiretamente pode significar benefícios concretos para o setor. O que os museus vão priorizar sendo tantas as demandas externas, além das internas?

Pensamos que para não se frustrar em seus objetivos a REMAAE possa se associar a instâncias institucionais para elaboração de questionários conjuntos (estratégia adotada pelo CPC/USP quando se juntou à VITAE, que tinha os recursos). Mas especialmente, a estratégia deveria ser o contato pessoal com as instituições para que integrantes da REMAAE fizessem o preenchimento. Como a Rede é totalmente voluntária, isto demandará soluções criativas que vão desde a elaboração de projetos para editais, como a associação dos objetivos da REMAAE a projetos de pesquisas acadêmicas de professores e pesquisadores que a compõem.

NOVA INVESTIDA, ALGUNS AVANÇOS

Na segunda etapa de investigação conseguimos avançar com o preenchimento dos formulários no estado de Goiás sendo incluído na pesquisa de uma estudante do bacharelado em Museologia sob nossa orientação, que conseguiu no ano de 2013 visitar pessoalmente

4 Especialmente no formato com o qual nos foi possível trabalhar, onde o preenchimento tinha que ser realizado de uma só vez, não sendo possível salvar os dados para prosseguir depois, o que obrigava à reunião prévia de todos os documentos a serem consultados e praticamente a fazer o preenchimento em papel e apenas ‘passar’ para o questionário digital posteriormente.

mais de seis instituições e contribuir, desta forma, com a capilaridade da REMAAE Centro-Oeste.

Há uma vasta gama de aspectos curatoriais a serem analisados nas instituições e talvez os questionários devam mesmo ser aplicados por quem tem um conhecimento técnico mínimo que não temos segurança de encontrar em todas as instituições. Os dados oriundos destas incursões em campo estão atualmente em fase de análise, mas já foi evidenciada a sua maior eficácia em relação ao envio dos formulários.

As exigências do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para autorizar as pesquisas arqueológicas em relação à instituição de guarda e seus aspectos técnicos ainda são muito pouco definidas, mesmo havendo um esforço de algumas superintendências de acompanhar mais de perto, vistoriá-las, entre outras medidas. Não é claro o papel e a responsabilidade em longo prazo destas instituições que concedem apoio ou endosso institucional. De acordo com Moraes Wichers: “O significado exato do apoio institucional é uma das contradições da legislação contemporânea (...). Embora nem sempre esse apoio signifique, na prática, a salvaguarda do material arqueológico – uma vez que essa destinação pode ser alterada mediante aprovação do IPHAN, na maior parte das vezes é isso que tem ocorrido. De qualquer modo, ao fornecer apoio institucional a um projeto – desenvolvido por pesquisadores autônomos ou empresas privadas, a instituição deveria estar, ao menos em tese, apta a desenvolver processos de musealização desses acervos. Do contrário, qual o papel da instituição de apoio?” (MORAES WICHES, 2010: 196)

Não apenas concordamos com os questionamentos em tela como gostaríamos de discutir também o ônus para a instituição incluído no recebimento dos acervos, sempre tratados apenas como um benefício nas tratativas para concessão do endosso. A imaturidade da gestão dos museus no que diz respeito ao desconhecimento dos seus custos operacionais já foi tratada em diversos textos (a exemplo de Duarte Cândido, 2014) e é ainda um tema insolúvel. Moraes Wichers (2010) trabalha com uma estimativa média de 1000 peças resultantes de cada pesquisa de Arqueologia Preventiva. A instituição que recebe este acervo deveria, portanto, prever os custos do ingresso deste montante de peças em suas coleções, da pesquisa interdisciplinar sobre elas, e da passagem de pelo menos uma parte significativa deste montante selecionada como coleções-tipo por toda a cadeia operatória museológica, ou seja, documentação, conservação, exposição e ação educativo-cultural.

Por outro lado, longe de serem ingênuas, as instituições de endosso estão às vezes muito mais atentas ao benefício das verbas que acompanham o depósito do material arqueológico oriundo da pesquisa arqueológica do que à responsabilidade futura com a herança coletiva da qual são guardiãs. Tratam as duas coisas às vezes como se fossem questões completamente dissociadas. Moraes Wichers alerta para este fato a partir da menção a um caso específico e estarrecedor: “Recentemente, a Universidade Católica de Santos, universidade que forneceu o maior número de endossos no período analisado, decidiu extinguir o Instituto de Pesquisas em Arqueologia, órgão responsável pelos endossos no âmbito da universidade, não tendo mais ‘interesse’ em manter a salvaguarda do patrimônio arqueológico reunido ao longo de sua atuação. O ônus da resolução do problema, ainda não solucionado, recaiu sobre o

IPHAN. Entretanto, as verbas destinadas aos endossos foram direcionadas à universidade que agora coloca esses acervos ‘à disposição’ do Estado.” (idem: 212)

Em suma, para pensar sobre o estado da arte da gestão do patrimônio arqueológico no Brasil e especificamente na região Centro-Oeste, muito trabalho ainda será necessário. A ação da Rede de Museus e Acervos de Arqueologia e Etnologia (REMAAE) tem tentado ocupar um vácuo ainda mais aprofundado desde a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), que se trouxe novo impulso ao campo dos museus no Brasil, provocou uma situação delicada para os acervos arqueológicos, a um tempo sob responsabilidade do IPHAN, mas necessitando do tratamento técnico relacionado aos processos de musealização, agora da alçada do IBRAM.

Em uma seara ainda marcada pela indefinição de atribuições, verificamos o acirramento do abandono da herança patrimonial arqueológica já tratado por Bruno (1995). Este trabalho emblemático e pioneiro vem sendo seguido de outras incursões na Musealização da Arqueologia, ainda vasto campo para reflexões, mas já abraçado por diversos dos trabalhos citados além de Ribeiro (2012, 2007), Moraes Wichers (2011, 2009, 2008), Santos (2011), Ramos (2011), Saladino (2010), Carneiro (2009), Silva (2008), Alcântara (2007), Lima e Rabello (2007), Costa (2007), Cury (2005), Bruno (2005), Duarte Cândido (2004), Martins (2000), Chiari (1999), Tamanini (1994) entre outros, para ficar apenas em pesquisadores brasileiros. A prosseguir neste crescente, temos boas perspectivas para o futuro da gestão do patrimônio arqueológico no país, apesar do muito trabalho que ainda há pela frente.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos às alunas do curso de Museologia que em diferentes momentos atuaram voluntariamente na pesquisa relacionada com a aplicação e análise de formulários da REMAAE Centro-Oeste, Daniela Barra Soares e, na segunda etapa, Luzia Antônia de Paula Silva.

Registramos ainda o agradecimento ao apoio institucional do Museu Antropológico da UFG e a todas as instituições que devolveram questionários preenchidos ou gentilmente receberam as pesquisadoras para o preencherem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, A. A. de. 2007 Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama – a Pré-História. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- BRUNO, C. e ZANETTINI, P. 2007 O futuro dos acervos. In: *Anais do I Congresso Internacional de Arqueologia da SAB e XIV Congresso Nacional da SAB. Florianópolis*. Erechim: Habis, 2007.
- BRUNO, M. C. O. 2005 Arqueologia e Antropofagia: a musealização de sítios arqueológicos. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 31: 234-247.
- BRUNO, M. C. O. 1995 Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- CALDARELLI, S. B.. 2008 Arqueologia em grandes empreendimentos: a importância e o desafio de manter um controle de qualidade científica. In: *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio* V. V, 9/10. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. pp. 35-63.
- CARNEIRO, C. 2009 Ações educacionais no contexto da arqueologia preventiva: uma proposta para a Amazônia. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.

- CHIARI, S. I. 1999 O Perfil Museo-Arqueológico do Projeto Paranapanema. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- COSTA, C. A. S. 2007 A legalidade de um equívoco: acerca dos processos legais para a guarda de materiais arqueológicos em instituições museais. In: *Anais do XIV Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Florianópolis. (Cd-Rom).
- CURY, M. X. 2005 Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção. Tese de doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. 2014 *Gestão de museus, um desafio contemporâneo: diagnóstico museológico e planejamento*. 2a ed. Porto Alegre: Ed. Medianiz.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. 2005 Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia. In: *Cadernos do CEOM*, Chapecó: Unochapecó, Ano 18, 21, pp. 75-90.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. 2004 Arqueologia musealizada: patrimônio cultural e preservação em Fernando de Noronha. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- LIMA, T. A. L. & RABELLO, A. 2007 Coleções arqueológicas em perigo: o caso do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista. In: LIMA, T. A. (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 33, pp. 245-276.
- MARTINS, L. C. 2000 A Arqueologia de Contrato e os Desafios dos Processos de Musealização. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Museologia. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- MIGLIACIO, M. C. 2010 Patrimônio Arqueológico em evidência. In: *Desafios do desenvolvimento*, Ano 7, 62, 23/07/2010. Disponível online em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1103:patrimonio-arqueologico-em-evidencia&catid=29:artigos-materias&Itemid=34. Acesso em 23 de setembro de 2013.
- MORAES WICHES, C. A. de. 2011 Patrimônio Arqueológico paulista: proposições e provocações museológicas. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- MORAES WICHES, C. A. de. 2010. Museus e antropofagia do patrimônio arqueológico: (des) caminhos da prática brasileira. Tese de Doutorado Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- MORAES WICHES, C. A. de. 2008 A Interface Museologia-Arqueologia: elos e lacunas. In: *Anais do Workshop ICOFOM LAM 2008*, Rio de Janeiro.
- MORAES WICHES, C. A. de. 2009 O patrimônio arqueológico nos museus universitários: fragilidades e potencialidades do cenário contemporâneo. In: VII Semana de Museus da USP, O museu na cidade e a cidade no museu. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- RAMOS, R. N. 2011 Políticas de preservação para acervos arqueológicos. In *Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio* V. VIII, 15/16, pp. 11-26. Pelotas, RS: Editora da UFPel.
- RIBEIRO, D. L. 2012. A musealização da Arqueologia: um estudo dos Museus de Arqueologia de Xingó e do Sambaqui de Joinville. Tese de Doutorado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, D. L. 2007. A Ciência da Informação em Ação: um estudo sobre os fluxos de informação no Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense.
- SALADINO, A. 2010 Prospecções: o patrimônio arqueológico nas práticas e trajetória do IPHAN. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- SALADINO, A. & COMERLATO, F. 2011 Conheça a Rede de Museus e Acervos de Arqueologia. In: *Recôncavo Arqueológico*. Disponível online em <http://www.ufrb.edu.br/reconcavoarqueologico/index.php/remaae>. Acesso em 02/09/2012.
- SANTOS, M. do C. M. M. dos. Musealização em Projetos de Arqueologia Consultiva: perspectivas patrimoniais para a Estada de Ferro Carajás [MA/PA]. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- SILVA, L. A. de P & DUARTE CÂNDIDO, M. M. REMAAE Centro-Oeste: percursos de uma pesquisa. *Anais do Congresso da SAB de 2013*. (no prelo)
- SILVA, A. S. N. F. 2008 Musealização da Arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguar. Dissertação de mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- TAMANINI, E. 1994. Museu arqueológico de sambaqui: um olhar necessário. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas.
- ZANETTINI, P. 2011. Projetar o futuro para a Arqueologia Brasileira: desafio de todos. In: *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*. Porto Alegre: Magister/IBDU, 34, pp. 92-101.